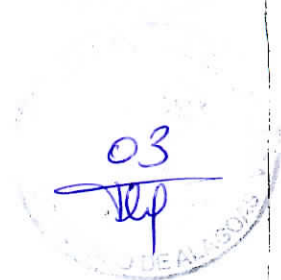




PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

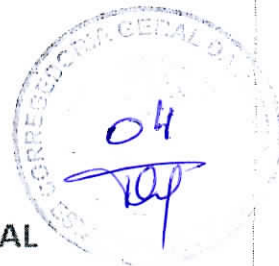
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA



**RELATÓRIO DA INSPEÇÃO
ORDINÁRIA GERAL
DA COMARCA DE PALMEIRA DOS
ÍNDIOS – 3ª VARA**



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA GERAL



1. ÓRGÃO JURISDICIONAL INSPECIONADO

- 3ª Vara da Comarca de Palmeira dos Índios

MAGISTRADA E SERVIDORES

Juiza de Direito Titular: Isabelle Coutinho Dantas de Barros

Assessora de Juiz: Fernanda Pereira Lima Leite

Escrivã: Mara Fabiana Tavares Machado Feitosa

Analistas Judiciários:

- 1) Jorge Luiz de Barros (Escrivão)
- 2) Maria de Fátima Holanda Pinto de Almeida
- 3) Maria Betânia Arcias Dória

Oficiais de Justiça:

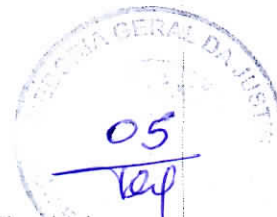
- 1) Francisco Tenório Neto
- 2) Juarez de Siqueira e Silva

Funcionário Cedido pela Prefeitura:

- 1) Cleide Cristiane Tavares da Silva

2. INSPEÇÃO

Trata-se de inspeção ordinária geral realizada, no dia 08/05/2012, das 15h às 18h, nos serviços judiciários da 3ª Vara da Comarca de Palmeira dos Índios.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

A Portaria nº 29/2012, da lavra do Corregedor-Geral da Justiça, definiu claramente os pontos essenciais das inspeções, tendo-as como ordinárias e gerais, de caráter preventivo, sem prejuízo evidentemente de possível correção, tudo nos termos do Planejamento Estratégico definido para o biênio 2011/2012, inclusive considerando e atendendo à Meta de Nivelamento nº 4 da Corregedoria Nacional de Justiça.

Dentro da metodologia estabelecida, restaram analisadas as seguintes situações:

a) estrutura física e recursos humanos:

O Fórum local é dotado de uma estrutura física razoável.

As observações, entretanto, foram realizadas quando do relatório da inspeção da 2ª Vara, cujo Titular é o Diretor do Fórum.

Vale destacar apenas que houve reclamação dos servidores quanto ao fornecimento de materiais de expediente, tais como grampo, envelope, copo etc. Informaram, ainda, que o ar condicionado já disponibilizado ainda não foi instalado no Cartório.

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que a 3ª Vara tem quadro de pessoal completo, além de contar com a colaboração de uma servidora cedida pela Prefeitura, muito embora não seja o ideal para o bom desempenho dos serviços ali prestados. No momento, não há possibilidade de reforço da equipe.

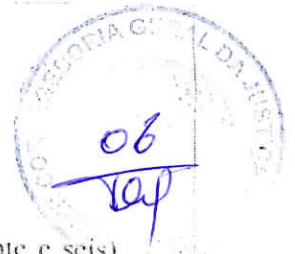
b) atendimento aos usuários:

Durante os trabalhos de inspeção, não houve reclamação de jurisdicionado. Ouvida, a Magistrada titular da Vara informou que não observou qualquer problema a esse respeito.

c) julgamento cronológico dos feitos da Meta 2 do CNJ – processos distribuídos até 31 de dezembro de 2006:

Relatório extraído do SAJPG aponta a quantidade de 225 (duzentos e vinte e cinco) processos distribuídos até 2006 e ainda não julgados. Na ocasião da inspeção, entretanto, a Escrivã trouxe a informação de que restam 202 (duzentos e dois) feitos pendentes de julgamento. Após a inspeção, a Magistrada informou, no mês de julho, que faltam julgar tão somente 127 (cento e vinte e sete) processos. De qualquer forma, necessária se faz a apresentação de justificativa para tal discrepância entre o sistema eletrônico e a realidade fática. Impõe-se também o estabelecimento de cronograma com vistas ao efetivo cumprimento da Meta 2 do CNJ. A Escrivã, por fim, deve promover a separação dos processos da Meta em prateleiras específicas.

d) autos com mais de 100 (cem) dias sem movimentação:



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Restou verificado que existem 626 (seiscentos e vinte e seis) processos aguardando cumprimento ou aguardando andamento, ou seja, sem movimentação há mais de 100 (cem) dias. Não existe motivo razoável para tal situação. À época da inspeção, a 3ª Vara detinha um acervo de 2.164 (dois mil cento e sessenta e seis) processos. A Magistrada alegou como motivos determinantes dessa situação o seguinte: 1 – falta de pessoal; e 2 – ausência de Juiz Titular por mais de três anos. Como dito acima, a quantidade de pessoal nessa Unidade não seria a ideal, mas está dentro do limite previsto no Código de Organização Judiciária, além de contar com a colaboração de uma servidora da Prefeitura. A situação mais grave, na verdade, deve-se à falta de Juiz titular por um período tão longo. Nisso, não há como negar as consequências negativas ao bom e regular andamento dos feitos. Considerando que, pelos números extraídos do SAJ, todos os servidores estão prestando serviços de forma razoável, percebe-se que, na verdade, as ferramentas de controle disponíveis no SAJPG não estão sendo utilizadas eficazmente, o que produz um deficiente gerenciamento da Escrivania. A Juíza de Direito e a Escrivã, portanto, devem ficar mais atentos, através do próprio SAJPG, quanto ao andamento dos processos, não os deixando chegar ao ponto crítico de paralisados há mais de 100 (cem) dias.

e) tramitação de autos prioritários, a exemplo de partes idosas, portadores de deficiência física ou doenças graves e réus presos:

Dos 5 (cinco) processos referentes a idosos examinados, o de nº 0000548-79.2011.8.02.0046 estava, à época da inspeção, com andamento atrasado, merecendo atenção especial da Magistrada. De outro lado, independente da obrigação da Distribuição, deve o Cartório promover o cadastramento da situação de prioridade de todos os processos assim considerados, além de melhorar a anotação, na capa, da identificação (fita vermelha, por exemplo) desses feitos e de separá-los em prateleiras específicas.

f) autos que, porventura, possuam pessoas albergadas pelo disposto na Lei nº 9.807/99:

Por se tratar de Vara de competência cível, o presente tópico está prejudicado.

g) feitos que versem sobre improbidade administrativa:

Tramita apenas 1 (um) processo sobre ação civil de improbidade administrativa. Na inspeção, estava com vistas ao Ministério Público.

h) cumprimento dos provimentos editados:

Os provimentos, segundo relatado pela Magistrada, vêm sendo cumprido regularmente. A correição nos serviços judiciais foi realizada. A Juíza reside na Rua Desportista Jota Duarte, 30A, Juca Sampaio (em frente ao Fórum), Palmeira dos Índios.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

i) verificação de bens/objetos apreendidos na unidade:

Os bens/objetos oriundos de apreensões ficam depositados no arquivo geral da Comarca, que fica em outro prédio, não tendo sido inspecionado na oportunidade. Foi lembrada a regra de que o arquivamento dos processos somente será possível após a destinação desses bens/objetos.

j) demais matérias:

Por ausência de controle efetivo de prazo vencido, constatou-se que vários processos estão fora de Cartório, em carga, com prazo excedido, em mãos de advogados (total de 71) e da Defensoria Pública (total de 1), segundo revela o SAJPG.

O sistema eletrônico SIEL ainda não é utilizado.

Por fim, registra o SAJPG, no relatório gerencial de vara, que existem 596 (quinhentos e noventa e seis) processos conclusos.

3. CONCLUSÃO

Analizados os dados e ouvidos a Juíza de Direito e os servidores, conclui que os serviços forenses, na 3ª Vara da Comarca de Palmeira dos Índios, são prestados de forma regular, necessitando das providências abaixo sugeridas.

4. SUGESTÕES

Sugiro ao Corregedor-Geral da Justiça a adoção dos seguintes comandos, com vistas ao oferecimento de maior celeridade nos serviços judiciários:

1. que a Juíza de Direito promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o andamento de todos os processos que ainda se encontram conclusos;
2. que a Juíza de Direito promova, também no prazo de 30 (trinta) dias, o seu cadastramento e dos servidores, no sistema SIEL. (Provimento Conjunto CGJ/CRE nº 01/2012);
3. que a Juíza de Direito apresente, no prazo de 5 (cinco) dias, cronograma de provável julgamento dos processos da Meta 2 do CNJ;
4. que a Escrivã passe a utilizar, semanalmente, todas as ferramentas de controle disponíveis no SAJPG, para evitar situações desnecessárias de atraso processual;
5. que a Escrivã providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, o andamento de todos os processos que se encontram paralisados há mais de 100 (cem) dias;



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

6. que a Escrivã providencie, no prazo de 30 (trinta) dias, a devolução dos autos que se encontram, com prazo excedido, fora de Cartório;

7. que a Escrivã passe a fiscalizar o cadastramento, quando a Distribuição não o faça, e providencie a melhor identificação e a separação em prateleira específica dos processos prioritários, inclusive os da Meta 2 do CNJ, emprestando-lhes atenção especial; e

8. que sejam solicitadas informações à DARAD sobre o problema de entrega de material de expediente e da instalação do ar condicionado.

É o relatório.

Maceió, 1º de outubro de 2012.


JAMIL AMIL A. DE H. FERREIRA

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça